As quatro cabeças da matriz colonial do poder e seus nós histórico-estruturais heterogêneos

FÁBIO CARDOSO LOPES*

Resumo: O escopo do sucinto ensaio teórico é traçar um paralelo ao formato de vida contemporâneo violento e brutal imerso no capitalismo neoliberal como consequência e atualização nas práticas cotidianas de novas configurações da Matriz Colonial do Poder (MCP) e seus nós histórico-estruturais heterogêneos. Esses nós são pensados aqui como um eixo estrutural, transversal e gerador/reprodutor de violências e brutalidades. Para tanto, estamos amparados nas leituras críticas e reflexivas de autores do coletivo modernidade/colonialidade estabelecendo diálogos e intersecções com outros pensadores do contemporâneo que problematizam os efeitos da colonialidade na vida hodierna. A partir dessa temática central propomos refletir a problemática da violência e brutalidade no contexto contemporâneo como uma nova roupagem das estratégias da MCP, articulada em seus nós através do domínio econômico, autoritarismo, controle do gênero/sexualidade e do conhecimento/subjetividade.

Palavras-chave: Subjetividade; Colonialismo; Capitalismo; Neoliberalismo; Modernidade.

The four heads of the colonial matrix of power and their heterogeneous historical-structural knots

Abstract: The scope of this brief theoretical essay is to draw a parallel to the violent and brutal contemporary way of life immersed in neoliberal capitalism as a consequence and actualization in everyday practices of new configurations of the Colonial Matrix of Power (MCP) and its heterogeneous historical-structural nodes. These nodes are thought of here as a structural axis, transversal and generator/reproducer of violence and brutality. To this end, we are drawing on the critical and reflective readings of authors from the modernity/coloniality collective, establishing dialogues and intersections with other contemporary thinkers who problematize the effects of coloniality on modern life. Based on this central theme, we propose to reflect on the problem of violence and brutality in the contemporary context as a new guise for the strategies of the MCP articulated in its nodes through economic domination, authoritarianism, control of gender/sexuality and knowledge/subjectivity.

Key words: Subjectivity; Colonialism; Capitalism; Neoliberalism; Modernity.

* **FÁBIO CARDOSO LOPES** é Psicólogo; Doutorando e Mestre em Psicologia Social e Processos Institucionais (PPGPSI – UEL).

"Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo"
(Tempo perdido – Legião Urbana)

Puxando uma cadeira

O nosso tempo atual vende a ideia de uma existência performática atrelada a potência máxima do (des)empenho em todas as searas da vida por intermédio da otimização constante do tempo. Haja vista, não produzir é lido como perder tempo e nessa racionalização mercadológica da vida, perder tempo é perder dinheiro. Vislumbramos a monetização do tempo onde cada minuto da nossa vida deve ser capitalizado visando a produtividade e lucratividade. Aquela frase medonha oriunda do ufanismo militar e religioso na qual dizia: "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos", aqui é transmutada para atender as demandas do capitalismo neoliberal no mandamento: "Produção acima de tudo e lucro acima de todos". Essa liturgia perversa repousa ancorada numa perspectiva idealizada da existência pautada no movimento acelerado, performático e no consumo infindável de produtos, pessoas e experiências.

Ademais, a cooptação pelo capitalismo neoliberal mediante a gestão das emoções contribui para a produção de subjetividades domesticadas, controladas e adequadas a reprodução vazia de valor. Essa formatação preconiza uma existência racionalista fundamentada nos mantras da competitividade e individualismo em observância a demanda ignóbil da mercantilização da vida e brutalização das relações. Dessa forma, esse sistema nefasto valoriza a ideia de que precisamos ativar e potencializar ao máximo nossa existência. Dito de outra forma, essa homilia ao (des)empenho destrói e aniquila os valores comunitários, transformando a vida em campo de batalha (como algo a ser vencido/superado) e os outros em competidores/adversários e obstáculos a nossa felicidade.

O esgotamento psíquico decorrente do excesso de positividade, engajamento e hiperestimulação numa sociedade performática está escamoteado nos mantras: vestir a camisa, dar o sangue, fidelizar e engajar, potencializando a máxima plenitude, dentre muitas outras narrativas que eclodem como formas de autoexploração (dominação feliz) e precarização das relações sociais no trabalho e na vida. A imposição da alta performance constante e infindável contribui para o esfacelamento do vínculo coletivo, visto que, ascende como um elemento que diferencia e classifica os indivíduos mediante seu empenho, fomentando a individualidade e a competitividade como gestão estratégica das emoções. Sendo assim, a matriz colonial de poder e seus nós histórico-estruturais-heterogêneos repaginados na monocultura do neocolonialismo de mercado (moderno-ocidental) capitalista e neoliberal cimentado no deserto dos afetos nos vende a ideia fantasiosa de que a vida deve ser feita de vitórias, realizações e conquistas individuais assentadas no famigerado sucesso do caricato sujeito bem-sucedido.

Neste cerne, o escopo precípuo do sucinto ensaio teórico é traçar um paralelo ao formato de vida contemporâneo assente na superação constante de si - ideal violento e brutal - imersa no capitalismo neoliberal como consequência e atualização nas práticas cotidianas das novas configurações da Matriz Colonial do Poder (MCP) e seus nós histórico-estruturais heterogêneos. Os supracitados nós, são pensados aqui como um eixo nodal, estrutural, transversal e gerador/reprodutor de violências e brutalidades reorganizados no estilo de vida contemporâneo. Com o intento de operacionalizar a referida proposta, estamos amparados nas leituras críticas e reflexivas de autores do coletivo modernidade/colonialidade, sobretudo Mignolo e Quijano estabelecendo diálogos e intersecções com outros pensadores do contemporâneo como Mbembe que problematizam os efeitos da colonialidade na vida hodierna. O intuito de dividir o manuscrito em duas dobras advém de um recurso didático para facilitar a compreensão. Nesta via, na primeira dobra contextualizamos a MCP e suas ressonâncias na vida hodierna. Já na segunda dobra problematizamos os resquícios e nuances da colonização através dos nós histórico-estruturais heterogêneos.

Por fim, conjecturamos que a Matriz Colonial do Poder e seus nós, eclodem atualizados nos eixos constituintes do capitalismo neoliberal e reverberam na organização da vida contemporânea como categorias de subjetivação. Seus nós histórico-estruturais heterogêneos estão fundamentados a partir da economia como um poder hegemônico que subjuga todas as vidas; do intervencionismo do mercado como autoridade-mor na regulação das existências; do controle da sexualidade e do gênero capturados e preparados para a (re)produção esvaziada, além da imposição do que é considerado/validado como conhecimento viável entremeado a formatação das subjetividades coerentes ao trabalho, consumo e descarte de tudo e todos nas prateleiras da visibilidade.

Primeira dobra

Como definiu Quijano (2005a; 2005b) em suas proposições iniciais, a Matriz Colonial do Poder (MCP) é uma estrutura complexa e dinâmica que regulava a existência dos povos colonizados – mesmo após o término da dominação territorial e político-administrativa. Sua funcionalidade estava assentada no domínio impositivo de quatro instâncias interligadas e interdependentes que determinavam a vida nas colônias, a saber: economia, autoridade, gênero/sexualidade e conhecimento/subjetividade.

Em adendo, Mignolo (2017) problematizando acerca da MCP, aponta que sua lógica de funcionamento perpassa a totalidade da civilização ocidental, transcendendo os limites geográficos/territoriais e temporais, ressoando em várias searas da vida mediante as implicações dos diversos nós histórico-estruturais heterogêneos. O autor enfatiza que a base de sustentação operacional da MCP está estruturada sob "[...] uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos, ligados pela "/" (barra) que divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/regras coloniais e o centro/as periferias, que são as consequências do pensamento linear global no fundamento do mundo moderno/colonial" (MIGNOLO, 2017, p. 10).

Contudo, o empreendimento dessa ordem mundial administrativa (político e econômica) e de autoridade assentada no domínio sobre gênero, sexualidade,

saberes e subjetividades possuía como fundamento basilar a ideia de raça-etnia e a produção de conhecimentos como elementos de diferenciação e controle (IDEM, 2017). Essas distinções justificariam e "perdoariam" inúmeras brutalidades acometidas contra os povos colonizados (em nome de uma suposta superioridade) visando o desenvolvimento, crescimento, progresso (mito civilizatório) expansão e ampliação do seu controle e domínio pautados na cor da pele e na posse de tecnologias – potencial bélico e extrativista.

Nas proposições de Mignolo (2017), a MCP atua:

> [...] como uma estrutura lógica que sublinha a totalidade da civilização ocidental e como uma lógica administrativa que agora já se estendeu para além dos atores que a criaram e administraram. [...] Estamos todos na matriz, cada nó é interconectado com todos os demais, e a matriz não pode ser observada ou descrita por um observador localizado fora da matriz que não pode ser observado [...] (p. 10).

Essa estrutura basal de controle serviu de eixo balizador e diapasão de inferências durante todo o nefasto período da colonização, reverberando presentemente em diversas esferas (por intermédio dos nós histórico-estruturais heterogêneos). Destarte, a efetivação da lógica da colonialidade em sua tríade (poder, saber e ser) pressupõe e impõe inúmeras dependências e influências coercitivas às sociedades colonizadas e seus modos de existências (QUIJANO, 2002). A própria característica do "paradigma colonialista" está acostada na "[...] circulação de uma racionalidade que desvaloriza e hierarquiza saberes e suprime a diversidade cultural dos povos localizados como não-hegemônicos" (CARVALHAES; SILVA; LIMA, 2020, p. 318).

Como já introduzido, o pressuposto basilar do gerenciamento na matriz colonial de poder consoante a Quijano (2005a) estava embasado na distinção étnico-racial, no controle da economia, na imposição hierárquica e violenta da autoridade soberana, na classificação assimétrica e eurocentrada (cristã) de gênero/sexualidade, na imposição ou validação do que era compreendido como conhecimento e, também nas formas/modos adequados e desejáveis de subjetividade. Essas práticas eram referendadas pelas discrepâncias, superior/inferior e pela obrigação de conversão ao cristianismo e ao Deus de Jesus Cristo (RAMOSE, 2011).

A consequência mais nefasta dessas ações foi a invenção do conceito nosográfico de raça no século XVI como fundamento para justificar as barbáries e atrocidades cometidas contra os povos dominados. Atinente à temática, Porto-Gonçalves e Quental (2012) refletindo acerca do colonialismo e suas implicações nos formatos de controle, externalizam que as dominações transpassam o funcionamento administrativo, bélico-militar e a imposição da violência aos povos e seus espaços geográficos. Os autores verbalizam que a colonização, também perfazia a inferiorização subjetiva dos colonizados. Esse processo de inferiorização era internalizado pelos explorados e reproduzido culturalmente mediante a imposição de uma lógica colonial.

Nas palavras dos autores, essa:

> [...] distinção classificatória, não estava assentada na condição situacional de derrota, decorrente de um embate bélico-militar, embora, existisse uma diferenciação de poderio armamentista discrepante,

> mas, o elemento estrutural, repousava na ideia de uma inferioridade naturalizada e materializada na própria existência (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 6).

O colonialismo funcionou como a naturalização de uma estrutura histórica e social distinta, erigida no controle econômico e político que reverberava em várias instâncias do existir-viver imersos na dualidade (dicotômica e abissal) metrópole-colônia acarretando uma nova constituição de poder e relações assentadas na discrepância valorativa e na gradação da espécie humana. A manutenção do poder na lógica da colonização pressupunha a submissão dos povos dominados e a apropriação dos territórios conquistados. O processo violento e desumano perpetrado aos povos colonizados durante anos, contribuiu para a reprodução subjetiva dos parâmetros e métricas de referência ocidentalocêntricos.

Quanto a isso, Fanon (2008) é contundente ao mencionar que esse modelo de funcionamento da empresa colonial instaura no colonizado/oprimido e inferiorizado uma forma de pensar, uma atitude comportamental e uma maneira de perceber e compreender impostas pelo colonizador. Como consequência, o colonizador tem a necessidade de se defender desse outro diferente e colonizado, caracterizando-o como selvagem, desalmado e desumano. A atualização desse formato de operação repousa articulado ao modelo de uma sociedade capitalista, colonialista e brancocêntrica que produz e reproduz preconceitos e discriminações àqueles humilhados, explorados e escravizados (FANON, 2008).

Essa estruturação de poder estava entrelaçada na ideia de raça como fundamento e substrato de diferenciação, além do controle dos meios produtivos – exploração da natureza como recurso e fonte de riqueza. O padrão de poder encontrava-se enraizado e intrinsecamente ancorado na classificação social e racial. Como elucidam Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 6) os elementos de organização social e classificação racial estavam implicados "[...] com a questão do poder na sociedade, pois se referem aos lugares e às posições que indivíduos e grupos sociais ocupam (ou devem ocupar) no controle das dimensões básicas da existência social".

Em similitude ao aventado, Quijano (2005a) aponta que a invenção da ideia de raça funcionou como elemento estruturante da dominação social. Por sua vez, surgiu como:

> [...] um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural (QUIJANO, 2005a, p. 17).

Deste jeito, o caráter teológico também exerceu papel primordial na manutenção da Matriz Colonial do Poder – MCP e, nos nós histórico-estruturais heterogêneos, sobretudo na classificação dos povos. Essa ideia era baseada na invenção da raça, mas, igualmente, assentava-se no ideal cristão de homem, branco, europeu, heterossexual e padrão

de normatividade (MIGNOLO, 2017). Esses arranjos e manejos da tríade invasão-dominação-exploração fomentaram a proliferação nos espaços geográficos, políticos e econômicos das colônias (consonantes ao ideário da modernidade-racionalidade-colonialidade-cristandade), o enclausuramento dos corpos, o silenciamento de vozes, a desapropriação de territórios afetivos/imaginários, o esvaziamento dos costumes, tradições e culturas que fossem diversos à régua euro-cristã-centrada. Amiúde, a violência foi direcionada aos modos de existir e às subjetividades institucionalizando impositivamente normas/valores como condutas apropriadas e repercutindo no apagamento e esquecimento (assassinato) das vivências, experiências e existências distais a Matriz Colonial de Poder e seus enunciados classificatórios (nós histórico-estruturais heterogêneos).

Segunda dobra

A imposição de um conhecimento hegemônico e ancorado na perspectiva de mundo unívoco e imerso numa razão eurocêntrica coadunada a adoração de um único Deus acarretou o ocultamento da diversidade através da catequização dos povos violados. De acordo com Krenak (2022, p. 40), a catequização "[...] é uma sobreposição de visões. Uma visão dominante, contendo a outra". Essa prática relegou ao limbo e a marginalização toda uma miríade de existências mítico-religiosas e de saberes-fazeres constituídos em cosmogonias, cosmologias, epistemologias e ontologias diversas e divergentes a padronagem do euro mundo. Conforme salienta Mignolo (2017, p. 6), a vasta "[...] configuração de conhecimento e dos desejos epistêmicos foram ocultadas, e a ênfase foi colocada na mente em relação ao Deus e em relação à razão". Concordante a esse assunto, Maldonado-Torres (2008) assevera que o "[...] esquecimento dos condenados faz parte integrante da verdadeira doença do Ocidente, uma doença comparável a um estado de amnésia que por sua vez leva ao homicídio, à destruição e à vontade epistêmica de poder [...]" (p. 83).

Vale ressaltar que a modernidade/colonialidade emerge atrelada a manutenção da Matriz Colonial de Poder reverberando no controle e no assassinato da natureza e sua transmutação em recursos naturais (riqueza e matéria-prima), entrelaçadas a mercantilização do conhecimento como diapasão de medida e diferenciação entre as sociedades (ditas evoluídas) que dominavam a exploração e transformação da natureza em bens de consumo ou energia para as fábricas/indústrias (MIGNOLO, 2017).

Em complemento ao exposto, Mignolo (2017, p. 8) reitera que:

> O conhecimento na MCP era uma faca de dois gumes: por um lado, era a mediação para a ontologia do mundo, assim como um modo de ser no mundo (a subjetividade); por outro lado, uma vez que o conhecimento era concebido imperialmente como o verdadeiro conhecimento, se tornou uma mercadoria para ser exportada àqueles cujo conhecimento era alternativo ou não moderno, segundo a teologia cristã e, depois, a filosofia secular e as ciências.

O conhecimento estava amalgamado a ideia de modernização do mundo, quer dizer, no imaginário eurocêntrico, a missão civilizatória possuía como escopo primordial levar a luz da sabedoria e os modos de vida ocidentais aos recônditos rincões imersos nas penumbras da ignorância. Entretanto, essa luz cegava, queimava e destruía

tudo o que fosse diverso ou não se submetesse a sua lógica de dominação. Sair das trevas ou receber o estatuto de civilizado nas fábulas colonialistas era acatar e submeter-se aos dispositivos de controle administrativo, econômico, político e subjetivos dos colonizadores, assumindo sua cultura, religião e modos de vida. Aos povos dominados caberia negar suas tradições, costumes e formas de existir buscando estratégias de sobrevivência. O fundamento constituinte do engodo da modernidade/colonialidade estava posto e assentando sob os cadáveres dos destituídos.

Nesse ensejo, Mansano, Lima e Nalli (2023, p. 11) asseveram que a:

> [...] classificação dos seres humanos, nesse sentido, teria como função, mais do que estar a serviço da construção do conhecimento científico e filosófico, avalizar os procedimentos de extrema violência utilizados nos territórios colonizados, com a exploração acintosa dos seus recursos, a escravização forçada e assassinatos em massa de sua população.

A fabricação de uma modernidade provincial cujo cânone de sua aparência era seu próprio reflexo no espelho está arraigada às práticas de demasiada violência imputada aos dominados como fundamento da expansão e perpetuação do seu domínio. Com perspicaz profundidade, Mignolo (2008, p. 316) nos diz que a modernidade "[...] era o termo no qual eles espalhavam a visão heroica e triunfante da história que eles estavam ajudando a construir". A modernidade/colonialidade subsidiava os alicerces para a perpetuação e efetividade da Matriz Colonial do Poder – articulada as suas diversas ramificações (nós histórico-estruturais heterogêneos). Essas redes de intercomunicação e disseminação dos seus efeitos transcendiam as fronteiras dos âmbitos geográficos, políticos e econômicos, impactando a própria vida e seus viventes imersos nos emaranhados de domínio e controle desse novo padrão de poder.

A falácia da modernização (desenvolvimento e progresso) estava agrilhoada a manutenção da MCP e seus nós como fundamentos das relações de raça, gênero, sexualidade, saberes e subjetividades imbricadas em distinções hierárquicas de superioridade, dominação social, validação do conhecimento hegemônico e exploração do trabalho, tendo como eixo estruturante a violência e a brutalidade colonial. Acerca da temática colonial como estrutura de violência, discorrem Mansano et. al (2023, p. 13) em conluio a Lima e Da Silva (2021, p. 512):

> [...] A linha divisória assenta-se não mais, essencialmente, em bem e mal, com alma e sem alma, entre outras dicotomias religiosas. Ela delineia-se em princípios que separam o verdadeiro do falso, o objetivo do subjetivo, o legal do ilegal (ou alegal), o racional do irracional, o comensurável do incomensurável. Tais cisões demarcam uma linha assombrosa que, naturalizada como elemento classificatório indiscutível, invisibiliza-se como uma construção de poder que justifica e avaliza a violência sanguinária da colonialidade.

A violência estava embasada na justificativa de um suposto processo civilizatório, por isso, as atrocidades praticadas e exortadas eram compreendidas como efeitos colaterais necessários para ascender a civilização, visto que os povos assassinados durante muito tempo não pertenciam sequer ao estatuto de humanos. Assim sendo, não sofriam, não sentiam dores, não

possuíam desejos, não estabeleciam laços sociais e afetivos, pois eram instrumentos ou ferramentas nas mãos do colonizador e objetos vazios aos seus olhos.

A bússola da modernidade europeia apontava para a dominação, conquista dos territórios, expropriação dos povos nativos (classificados como inferiores e selvagens) a partir do diapasão europeizado proveniente de um projeto de colonização, exploração e escravização (LANDER, 2005). A modernidade como mito configura um subterfúgio da colonialidade, solidificada em uma "práxis irracional da violência" (DUSSEL, 2005, p. 49). Destarte, a modernidade/colonialidade relega ao limbo todos/tudo que lhe são contrários ou diferentes, sob a tutela da Matriz Colonial de Poder (MCP) e seus nós histórico-estruturais heterogêneos (QUIJANO, 2005a; MIGNOLO, 2017).

Estamos imersos num mundo em ruínas, um deserto que aniquila a natureza e os viventes por intermédio de várias linhas brutais de configuração do capitalismo engendradas as políticas de fazer e deixar morrer (MBEMBE, 2021). Nesta seara, o capitalismo emerge como uma axiomática negativa de categorização das diferenças sociais hierarquizadas (DELEUZE, 2005).

O tecido da funcionalidade colonial atualizado no capitalismo neoliberal produz subjetividades coerentes a manutenção das relações sociais piramidalizadas. Essas relações são constituídas e entremeadas pelo poder como elemento estruturante do convívio social nas sociedades contemporâneas, fundamentalmente neoliberais, durante os processos institucionais de adequação, adaptação e normalização/normatização dos sujeitos úteis, dóceis, controlados, e agora, hiper estimulados e cansados (FOUCAULT, 1999; DELEUZE, 2005; HAN, 2017). Consoante as considerações de Nalli e Mansano (2019, p. 2) refletindo acerca da sociedade neoliberal, os quais nos dizem que sua essência "[...] prioriza e incita as pessoas a darem o máximo de si, a otimizarem suas ações, suas performances, suas aparências, suas opiniões, até os limites do máximo esgotamento niilista".

Quantos são os ranços de odores fortes e sabores amargos oriundos do colonialismo e atualizados na MCP, que ainda fazem parte e temperam nossos paladares impondo padrões, unidades, modelos, formatos, comportamentos e atitudes de vidas coerentes a sua racionalidade eurocentrada de uma vida colonizada? Por que o autoritarismo, a hierarquia, a arrogância, a validação de um único conhecimento, estilo de ser e existir, e as demais instâncias de violências materiais e simbólicas que interditam o acesso e a permanência a uma horizontalidade circular dos afetos coletivos ainda são tidas e enaltecidas como práticas adequadas?

De acordo com Longhini (2022b, n./p.):

> A ferida colonial está aberta e, para elaborar esse trauma, é necessário que o reconheçamos, que demos a ele o nome, os nomes que têm. Só assim poderemos reparar essas dores que atravessam o território-corpo feito de gente-humana, gente-rio, gente-água e gente-terra.

Nos arranjos societários contemporâneos, a racionalidade perversa do capitalismo neoliberal é divulgada como um objetivo de vida, o que interfere drasticamente nas relações, vinculações e implicações comunitárias, contribuindo para a morte do pertencimento e o culto ao hedonismo egoísta. Um dos exemplos nefastos dessa conduta individualizante engloba as premiações pelo desempenho individual,

ou seja, na lógica neoliberal essas homenagens geram uma competição exagerada entre os membros da equipe o que favorece somente o ideário da produtividade acima da vida e saúde mental dos trabalhadores (autocoerção).

Neste mote, o fundamento precípuo do neoliberalismo é a primazia do espectro econômico regendo e ditando a vida e a organização social a partir das desigualdades sociais diversas, aniquilação da natureza, flexibilização e precarização das condições de trabalho, autorregulação do mercado, livre concorrência global e a abertura sem restrições ao capital externo.

Diluídas nesta configuração, as pessoas em demasia tendem a serem extirpadas mediantes as políticas estatais de extermínio (matar ou deixar morrer) análogas às práticas de assassinato efetuadas durante a empreitada colonial em nome do crescimento, desenvolvimento, progresso e civilidade enaltecida pelo poder ilimitado e soberano do colonizador. Cabe dizer que essas pessoas que não possuem os conhecimentos, habilidades e atitudes valorizadas pelo mercado – como regulador da existência – e, dessa feita, não ostentam seus corpos e subjetividades para a empregabilidade, ou, que não desfilam como consumidores contumazes pelos paraísos das compras, já que não dispõem dos ativos para o consumo são dispensáveis (MBEMBE, 2021). Essas vidas em excesso que não produzem e não consomem ascendem como uma versão trágica do nem/nem, melhor dizendo, podem ser ceifadas abruptamente – sem consternação ou reportagem midiática.

(En)caminhamentos parciais

O "dedin" de prosa realizado até aqui, nos deixa com uma pulga ou elefante atrás da orelha. O que nos permite confabular que o estilo de vida proveniente da Matriz Colonial de Poder (MCP) e seus nós histórico-estruturais heterogêneos tendem a romper com os ciclos dos cantos, encantos e enfeitiçamentos-magias impondo um modelo sufocante assentado na brutalidade e na violência constante do lucro acima de tudo. O que está posto aqui, portanto, é que essa brutalidade tem seu germe na colonização, sendo repaginada na contemporaneidade, e encontrando no capitalismo neoliberal seu principal hospedeiro para sua sobrevivência e disseminação. Os arranjos capitalísticos há muito deixaram de ser apenas a organização de um sistema econômico, dado que em conluio à lógica neoliberal aventada no contemporâneo se transmutou em um complexo polo que engloba e determina componentes de subjetivação (NALLI; MANSANO, 2019). Nestes termos, a brutalidade implícita ao capitalismo neoliberal produz e determina o contemporâneo gerando valor e (re)fazendo subjetividades.

O neoliberalismo ascende como uma racionalidade incrementada da Matriz Colonial de Poder (MCP) atualizada ou repaginada na atuação do mercado em conluio ao sistema de gestão de subjetividades consonantes a valorização da produtividade, (des)empenho, esforço constante e superação dos limites. Isto significa que o neoliberalismo pode ser entendido como uma nova configuração ou reorganização das violências, dominações e brutalidades praticadas durante a colonização. Com tal característica, seus efeitos contemporâneos incluem a ordem e desejo dos conglomerados financeiros

transnacionais (que de certa forma, fazem o papel das metrópoles na exploração das colônias) que regulam a vida em todas as suas facetas, vendendo a ideia que a existência deve ser elevada a potência máxima do lucro para ser plena. A ideia precípua do capitalismo neoliberal, como uma reengenharia da MCP, é produzir um mundo triste e uma vida apática, articulada a profusão do individualismo e competitividade como ordenadores da existência.

É preciso problematizar o estilo de vida ocidentalizado pautado na modernidade/colonialidade edificada na Matriz Colonial do Poder (MCP) e seus nós histórico-estruturais heterogêneos. A nossa suposta civilidade baseada no desenvolvimento, progresso e expansão sem limites que tanto cultuamos contribui para o assassinato do planeta e das existências diversas. A produção constante mata até o choro, já que na lógica da produtividade chorar é demonstrar fraqueza. Como resultado, aquela máxima que diz "a dor é a fraqueza saindo do corpo" resume essa fábula de uma vida indestrutível. O mundo pautado em conquistas, superação, desempenho e movimento infindável nos faz esquecer que somos humanos. Além disso, nos ensina a odiar nossas limitações como algo que deve ser combatido. Esse modelo/estilo de vida idealizado a partir da modernidade/colonialidade e alicerçado na produção, lucro, consumo e descarte está aniquilando a biodiversidade e acelerando a morte da Terra. A modernidade/colonialidade é similar a uma caverna profunda e obscura que produz uma falsa realidade como sombras projetadas no seu interior. Impõe a crença de que suas penumbras (ecos da colonização) são a única realidade possível e a condição de prisioneiros acorrentados o único destino viável - análogo aquela alegoria da caverna platônica.

Neste ínterim, é de suma importância produzir outros olhares, sonhos e pensar-sentir as circularidades horizontais dos afetos que bailam nas curvas, beiradas e bibocas do mundo, suscitando a completude da vida enquanto alegria, liberdade e belezuras advindas das experiências radicais da pluralidade dos encontros e suas potências diversas e múltiplas. Os encontros potentes preservam as características inerentes a cada corpo-território em intersecção aos saberes-fazeres que fazem parte das experiências, vivências, permanências e persistências específicas e singulares dos viventes em comunhão. Por isso, faz-se mister conjecturar as estratégias de fuga e rotas de escape desses aprisionamentos de um mundo diluído numa lógica colonial capitalística e neoliberal através da revolta, rebelião e revolução pautadas na ampliação e expansão dos encontros. Como afirma Krenak (2022, p. 36), pensar um mundo plural onde existam “[...] mais janelas, mais rotas de fugas. Porque o que os seres humanos precisam é de rotas de fuga”.

Referências

CARVALHAES, F. F.; SILVA, R. B.; LIMA, A. B. Reflexões sobre discursos a respeito do racismo no Brasil: considerações de uma psicologia social crítica. **Revista Psicologia Política**, Florianópolis, 20(48), p 311-324, jul. 2020.

DELEUZE, G. **Derrames entre el capitalismo y la esquizofrenia.** Buenos Aires: Cactus, 2005. 384 p.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005. p. 24-32. 278 p.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História das violências nas prisões**. Tradução: Raquel Ramalhete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 288 p.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço.** Tradução: Enio P. Giachini. 2. ed. / amp. Petrópolis: Vozes, 2017. 128 p.

KRENAK, A. Norma jurídica não é poesia. Entrevista de Aílton Krenak a Yussef Campos. In: CAMPOS, Y.; KRENAK, A. (orgs.). **Lugares de origem**. São Paulo: Jandaíra, 2022, p. 12-41. 108 p.

LANDER, E. Ciências sociais: Saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005. p. 8-32. 278 p.

LIMA, A. B.; DA SILVA, J. O. (2021). Contemporaneidade autoritária e a banalização da violência. In: BANDEIRA, G. M. S.; FREITAS, P. G. (orgs.). **Psicologia: Reflexões, métodos e processos integrados em sociedade.** Rio de Janeiro: e-Publicar, 2021. p. 506-521. 589 p.

LONGHINI, G. D. N. Texto de orelha. In: CAMPOS, Y.; KRENAK, A. (orgs). **Lugares de origem**. São Paulo: Jandaíra, 2022. n./p. 108 p.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 80, p. 71-114, out. 2008.

MANSANO, S. R. V.; LIMA, A. B.; NALLI, M. As expropriações da vida indígena no Brasil: uma análise biopolítica. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, 17(1), p. 1-24, jan. 2023.

MBEMBE, A. **Brutalismo.** Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições. 256 p.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Rio de Janeiro, 34(1), 287-324, ago. 2008.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O Lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, 32(94), p. 1-18, jun. 2017.

NALLI, M.; MANSANO, S. R. V. DA VIOLÊNCIA PSICOPOLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES AFETIVAS. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 24, p. 1-12, jul. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. de A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis. Revista Latinoamericana**, [online], (31), p. 1-33, dez. 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Novos Rumos**, Marília, 17(37), p. 1-25, jan. 2022.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, 19(55), p. 9-31, dez. 2005a.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005b, p. 107-130. 278 p.

RAMOSE, M. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. **Ensaios filosóficos**, Rio de Janeiro, 4, p. 6-25, out. 2011.

Recebido em 2024-05-28
Publicado em 2025-01-01